

BETS: UMA APOSTA DE RISCO

Bets mantêm lobby e dizem que novo tributo seria incentivo a sites ilegais

— Mesmo depois da retirada da proposta da lei antifacção, representantes do setor continuam mobilizados para evitar que tributação seja incluída em novo projeto de lei

VINÍCIUS VALFRÉ
LEVY TELES
BRÁSILIA

Depois da aprovação do projeto de lei antifacção, na Câmara, sem o dispositivo que criaria uma nova contribuição de 15% sobre apostas, o setor de bets mantém a pressão no Congresso devido à expectativa de que a proposta de tributação seja resuscitada em um novo projeto.

O argumento dos operadores do mercado de apostas é que a chamada Cide-bets (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), criada no Senado para financiar ações contra o crime organizado, desincentive apostadores de jogar em sites autorizados e os faça migrar para as bets ilegais.

“Já basta a ruína que elas (bets) estão fazendo neste País. Agora não vão contribuir para a segurança pública? Quem votar a favor disso aqui está votando a favor do lobby das bets. E a pergunta é: quem levou dinheiro para isso? Essa turma não defende bets aqui à toa, não. Tem grana, tem dinheiro”

Otoni de Paula (MDB-RJ)
Deputado federal

Além disso, representantes do setor dizem que a ideia representaria uma “pá de cal” no segmento. Segundo eles, a margem de lucro, de cerca de 14%, já é baixa demais em relação aos riscos que correm – e seria ainda mais impactada. Por isso, o plano é tentar barrar qualquer nova discussão sobre a Cide.

Na quarta-feira, o ministro da Justiça, Wellington Lima, sinalizou que o governo poderia patrocinar essa proposição legislativa. Segundo Lima, o ministério cogita apoiar um novo projeto de lei que trate unicamente sobre o tributo ou outras duas iniciativas, sem detalhar quais são elas.

“As bets são uma alternativa e existem muitas proposições dis-

cutidas de outras origens. O problema é que cada origem pensa da tem de ser cotejada com o sentido de responsabilidade fiscal”, disse. “Nós precisamos dar a esse tema uma prioridade que justifique a superação de alguns limites, se este for o caso.”

MOBILIZAÇÃO. Ao longo da terça-feira, quando a Câmara fechou e aprovou o texto do projeto de lei antifacção, lobistas das casas de apostas trabalharam intensamente para convencer os deputados de que a Cide-bets seria danosa e teria efeito reverso ao pretendido. Além de conversas reservadas, associações de empresas de apostas fizeram eventos com deputados e formadores de opinião.

Coube ao líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (RJ), apresentar o destaque que acabou retirando o dispositivo do texto aprovado. Integrantes da base do governo criticaram a retirada. “O Senado nos enviou um texto razoável. Os primeiros textos aqui da Câmara fragilizaram estruturas importantes, como a da Polícia Federal. Não entendemos por que as bets não podem ser taxadas. Isso está errado”, disse Joseildo Ramos (PT-BA).

“Já basta a ruína que elas (bets) estão fazendo neste País. Agora não vão contribuir para a segurança pública? Quem votar a favor disso aqui está votando a favor do lobby das bets. E a pergunta é: quem levou dinheiro para isso? Essa turma não defende bets aqui à toa, não. Tem grana, tem dinheiro”, disse Otoni de Paula (MDB/RJ).

No movimento para a retirada da Cide-bets do projeto, houve sinalização de apoio do Republicanos, partido do presidente da Câmara, Hugo Motta (PB). Ontem, Motta disse que a ideia de instituir a nova tributação é inexequível e classificou como “aberração” a estimativa de arrecadação do projeto aprovado no Senado.

“A inclusão da Cide-bets por parte do Senado, primeiro, é inexequível do ponto de vista da cobrança. A própria equipe do Ministério da Fazenda disse que não há como se cobrar esse tipo de imposto na operação

das bets”, disse Motta, em entrevista ao portal Metrôpoles.

Segundo ele, a Câmara não protege as casas de apostas porque aprovou, no final de 2025, aumento de impostos a essas empresas – estabeleceu alta gradual da alíquota, hoje em 12%, até 15% em 2028. “Não há proteção às bets na Câmara.”

A decisão da Câmara de excluir a tributação foi por um destaque de proposição autônoma. Esse mecanismo abre a possibilidade de criação da Cide-bets por meio de um novo projeto de lei, isoladamente.

TRIBUTO. A Cide-bets havia sido criada pelo Senado, que aprovou uma versão do projeto de lei antifacção em dezembro. A alíquota de 15% seria provisória, mas poderia representar até R\$ 30 bilhões por ano para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

O valor é considerado superestimado pelas bets, que pagaram cerca de R\$ 9,9 bilhões em impostos federais em 2025. Ao todo, incluindo outros tributos não administrados pela Receita Federal, como ISS, estimam-se R\$ 10,7 bilhões em impostos.

As bets também usaram co-

mo argumento para convencer os deputados o que teria acontecido na Colômbia, onde a tributação de 19% sobre as apostas teria resultado em queda de mais de 30% na arrecadação estatal causada pela fuga de apostadores ao mercado ilegal.

Aqui, estudos encomendados pelo setor estimam que o mercado ilegal de bets responda por entre 41% e 51% do total movimentado pelas bets, algo entre R\$ 26 bilhões e R\$ 40 bilhões anuais – ou entre R\$ 7,2 bilhões e R\$ 10 bilhões não arrecadados em impostos. ●

Mais próximo, mais digital e mais rentável
| BMGB B3 LISTED NI www.bancobmg.com.br/ri

O foco na jornada do cliente e transparência no relacionamento impulsionam o engajamento **com os nossos +9 milhões de clientes**

Rentabilidade com responsabilidade
Resultado recorrente | R\$ milhões

Aumento de 27% no lucro líquido em 2025

Métrica	2024	2025
Lucro líquido (R\$ milhões)	441	561
ROAE (%)	10,7%	14,4%

Margem após o custo do crédito
R\$ milhões

Crescimento de 9% devido a mudança no mix da carteira e melhoria da qualidade dos ativos

Métrica	2024	2025
Margem após o custo do crédito (R\$ milhões)	3.089	3.361

Resultado Operacional
R\$ milhões

Crescimento de 12%

Métrica	2024	2025
Resultado Operacional (R\$ milhões)	678	759

R\$ 23,2 bilhões de carteira de crédito | **13,2% de Índice de Basileia**

Transparência e qualidade do atendimento

Prêmio Consumidor Moderno
Categoria Bancos Médios

Prêmio Reclame Aqui
Categoria Bancos - Grandes Operações

Banco digital experiência 50+
Design intuitivo e funcional, pensado para o cliente 50+

App com nota 4,7 entre os mais bem avaliados pelos clientes

Originação via autocontratação melhorando a experiência do cliente

Métrica	2024	2025
Originação via autocontratação (R\$ milhões)	2.545	3.146
% participação sobre originação	30%	40% (+23,6%)